

Medida Contrato-Emprego

Alteração ao aviso de abertura de candidaturas

Âmbito: Contrato-Emprego e prémio de conversão

Data de abertura: 9h do dia 1 de maio de 2017

Data de encerramento: 18h do dia 16 de junho de 2017 (NOVA DATA)

A Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, regula a criação da medida Contrato-Emprego, que tem como objetivos, nomeadamente, prevenir e combater o desemprego, fomentar e apoiar a criação líquida de postos de trabalho, incentivar a inserção profissional de públicos com maior dificuldade de integração no mercado do trabalho, incentivando vínculos laborais mais estáveis e fomentar a criação de postos de trabalho localizados em territórios economicamente desfavorecidos.

Neste contexto, introduz uma significativa diferenciação no apoio concedido a cada modalidade contratual: privilegia os contratos sem termo e limita o apoio no caso de vínculo temporário a contratos a termo com duração mínima de 12 meses e que integrem públicos desfavorecidos, estabelecendo ainda a atribuição de um prémio de conversão para estes contratos.

Por outro lado, é reforçado o compromisso assumido na manutenção do nível de emprego atingido por via dos apoios que pode estender-se até 24 meses após a contratação.

Destaca-se a definição de critérios objetivos de análise das candidaturas que permitem priorizar, nomeadamente, a contratação sem termo, os grupos com maior dificuldade de integração no mercado de trabalho e os territórios economicamente desfavorecidos, introduzindo maior seletividade nos apoios. Neste contexto, é, desde logo, estabelecida a dotação orçamental para cada período de candidatura.

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, o conselho diretivo do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) em 17.01.24 deliberou a abertura do segundo período de candidaturas à medida Contrato-Emprego, nos termos do presente aviso de candidatura.

Por deliberação do conselho diretivo do IEFP, I. P., de 2017.05.23, foi determinada a **prorrogação** do período de candidaturas em curso até dia **16 de junho de 2017**, nos termos adiante descritos.

Período para apresentação de candidaturas

O período para apresentação de candidaturas decorre entre as 9h00 do dia 1 de maio de 2017 e as 18h00 do **16 de junho de 2017 (NOVA DATA)**.

Entidades candidatas

Pode candidatar-se à medida o empresário em nome individual ou a pessoa coletiva de natureza jurídica privada, com ou sem fins lucrativos, que preencha os requisitos previstos na legislação e regulamento da medida.

Tipo de candidatura

No período correspondente ao presente aviso podem ser apresentadas candidaturas ao **Contrato-Emprego** nos termos previstos na Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro. Podem ainda ser apresentados pedidos de concessão do **prémio de conversão**, pela conversão de contrato de trabalho a termo certo, abrangido pela Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho, em contrato de trabalho sem termo.

Candidatura ao Contrato Emprego - Ofertas de emprego elegíveis

Para o período correspondente ao presente aviso podem ser submetidas candidaturas relativas a ofertas de emprego que tenham sido apresentadas ao IEPF, I.P., a **partir de dia 4 de março de 2017 até dia 8 de junho (NOVA DATA), inclusive**, que cumulativamente sejam:

- a) Submetidas através do Portal Netemprego;
- b) Sinalizadas pela entidade para efeitos de candidatura à medida;
- c) Validadas pelo IEPF.

Nota: Não são elegíveis na presente medida os contratos de trabalho celebrados com desempregado que tenha frequentado um estágio financiado pelo IEPF, I.P. na mesma entidade ou entidade pertencente ao mesmo grupo empresarial nos 24 meses anteriores à candidatura (cfr. alínea b) do n.º 6 do artigo 6.º da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, exceto se desenvolvido ao abrigo de projeto reconhecido como de interesse estratégico).

Também não são elegíveis os contratos de trabalho celebrados entre entidade empregadora ou entidade pertencente ao mesmo grupo empresarial e desempregado que a esta esteve vinculado por contrato de trabalho imediatamente antes de ser colocado na situação de desemprego, exceto quando a situação de desemprego tenha ocorrido há mais de 24 meses (cfr. alínea a) do n.º 6 do artigo 6.º da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro).

Prémio de conversão – contratos elegíveis

No período correspondente ao presente aviso apenas podem ser apresentados pedidos de concessão do prémio de conversão relativos a contratos a termo certo apoiados pela **medida Estímulo Emprego** (Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho) que tenham sido convertidos em contratos de trabalho sem termo entre o período compreendido entre o dia **19 de janeiro e o dia 16 de junho de 2017 (nova data)**, inclusive.

Âmbito de aplicação

São elegíveis candidaturas apresentadas para ofertas de emprego para postos de trabalho localizados no território de Portugal Continental.

Procedimento para apresentação de candidaturas

A candidatura é apresentada no Portal do IEF, I.P., www.netemprego.gov.pt, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro.

O formulário de candidatura deve ser corretamente preenchido, devendo as entidades confirmar a informação dele constante antes da finalização do procedimento, visto que não são admitidas alterações nem nova submissão.

Número limite de candidaturas

Cada entidade empregadora pode submeter tantas candidaturas quantas as ofertas que tenha apresentado ao IEF, I.P. no período de 4 de março a **8 de junho de 2017 (nova data)**, inclusive, e que tenham sido consideradas válidas.

Candidatura ao Contrato Emprego - critérios de análise e pontuação mínima

As candidaturas são avaliadas e hierarquizadas de acordo com os critérios de análise definidos no artigo 5.º da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, e com a matriz de indicadores constante do ponto 14.1 do Regulamento, que se reproduz no presente aviso.

A grelha de análise contém majoração e ponderador, nos termos previstos no ponto 14.2 e 14.4 do regulamento.

Em caso de empate, serão aplicados os seguintes fatores de priorização:

- 1º Contratação de jovens ou desempregados de longa duração;
- 2º N.º mais elevado de postos de trabalho associados à candidatura.

Matriz de análise:

| Critério | Classificação | |
|--|---------------|---|
| | Valor | Descrição |
| C1 - Contratação de jovens ou desempregados de longa duração | 25 | Percentagem de jovens ou DLD (contratados ou a contratar) no total de contratos indicados na candidatura $\geq 67\%$ e $\leq 100\%$ |
| | 20 | Percentagem de jovens ou DLD (contratados ou a contratar) no total de contratos indicados na candidatura $\geq 25\%$ e $< 67\%$ |
| | 10 | Percentagem de jovens ou DLD (contratados ou a contratar) no total de contratos indicados na candidatura $> 0\%$ e $< 25\%$ |
| | 0 | Nenhum contrato foi ou será celebrado com desempregado dos grupos referidos. |

| Critério | Classificação | |
|--|---------------|---|
| | Valor | Descrição |
| C2 - Posto (s) de trabalho localizado em território economicamente desfavorecido | 20 | Concelhos classificados como economicamente desfavorecidos |
| | 15 | Concelhos ao nível da média nacional |
| | 5 | Concelhos acima da média nacional |
| C3 - Sustentabilidade do emprego apoiado | 15 | Percentagem de postos de trabalho mantidos no total de postos de trabalho apoiados com recurso a medidas de apoio direto à contratação $\geq 67\%$ e $\leq 100\%$ |
| | 10 | Percentagem de postos de trabalho mantidos no total de postos de trabalho apoiados com recurso a medidas de apoio direto à contratação $\geq 33\%$ e $< 67\%$ |
| | 5 | Percentagem de postos de trabalho mantidos no total de postos de trabalho apoiados com recurso a medidas de apoio direto à contratação $\geq 0\%$ e $< 33\%$ |
| C4 - Dimensão da entidade (nº de trabalhadores) | 10 | < 10 trabalhadores |
| | 8 | ≥ 10 trabalhadores e ≤ 50 trabalhadores |
| | 5 | > 50 trabalhadores e ≤ 250 trabalhadores |
| | 3 | > 250 trabalhadores |
| C5 - Idade da entidade | 10 | < 12 meses de atividade (contados da declaração de início de atividade) |
| | 8 | ≥ 12 e < 24 meses de atividade |
| | 5 | ≥ 24 e < 60 meses de atividade |
| | 3 | ≥ 60 meses de atividade |
| C6 - Relevância da contratação para o projeto de desenvolvimento da entidade | 20 | Insere-se em processo de expansão |
| | 10 | Assegura a manutenção da estrutura existente |
| | 0 | Sem relevância |

Dotação orçamental

A dotação orçamental afeta ao presente período de candidatura é de 20 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

| Delegação Regional | Dotação |
|--------------------|---------------------|
| Norte | 7 600 000 € |
| Centro | 3 800 000 € |
| Lisboa LVT | 6 100 000 € |
| Alentejo | 1 400 000 € |
| Algarve | 1 100 000 € |
| Total | 20 000 000 € |

As candidaturas que reúnam 50 ou mais pontos são **aprovadas até ao limite de dotação orçamental**.

Se o número de candidaturas que reúnam requisitos para aprovação em alguma Delegação Regional for insuficiente para esgotar a verba disponível, o IEPF efetuará a distribuição do remanescente pelas restantes Delegações Regionais.

Decisão

O IEFP, I.P. notifica as entidades candidatas nos termos previstos no artigo 13.º da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro.

Legislação e regulamentação aplicável

As candidaturas devem observar o disposto na Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, que regula a criação da medida Contrato-Emprego, incluindo o prémio de conversão, e no regulamento da medida, disponibilizado no Portal do IEFP, I.P. em Medidas de apoio.

Informações e ponto de contacto

Todos os pedidos de informação e esclarecimento devem ser efetuados junto do Centro de Contacto do IEFP, I.P., tel: 300 010 001, disponível todos os dias úteis das 8h00 às 20h00.

Lisboa, 23 de maio de 2017

O Presidente do Conselho Diretivo



António Valadas da Silva